

PORTUGAL DIPLOMÁTICO



**Eleição de Portugal para o Conselho
de Segurança da ONU**

Drones atingem Roménia

Entrevista a Andrés Malamud

XXIª EDIÇÃO

Junho 2026



0 35545 62336 78 1

Índice

NOTÍCIAS NACIONAIS

Mês do MNE..... pág. 2

Eleição de Portugal para o Conselho de Segurança da ONU..... pág. 5

Celebrações do Dia de Portugal no Luxemburgo..... pág. 7

Entrevista a Andrés Malamud..... pág. 9

NOTÍCIAS INTERNACIONAIS

Drones sobre território da NATO: o incidente de Galați e as suas implicações..... pág. 18

O Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia: Funcionamento, Tensões Políticas e a Rejeição da Proposta de 2026..... pág. 21

Belfast para além das manchetes..... pág. 23

CONFLITO CLARIFICADO

Insurreições Jihadistas no Sahel..... pág. 26

Mês do MNE

Por Bruno Oliveira

Nesta edição de junho damos destaque ao encontro do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, com o seu homólogo saudita, a sua visita oficial à Noruega, a receção à Presidente do Parlamento Europeu e a sua participação na reunião ministerial do MED9.

Encontro com o Príncipe Faisal bin Farhan

No dia 16 de junho, o Ministro encontrou-se com o seu homólogo da Arábia Saudita, o Príncipe Faisal bin Farhan, em Lisboa, no âmbito de uma visita oficial do último à capital portuguesa. Neste encontro foram discutidas as relações bilaterais entre os dois países, a cooperação entre as duas regiões com África e atual situação no Médio Oriente, incluindo o cessar-fogo do conflito entre os EUA e o Irão.



Paulo Rangel (à direita) com o Príncipe Faisal bin Farhan (à esquerda) (fonte: MNE)

Visita Oficial à Noruega

No âmbito dos 120 anos de relações bilaterais entre Portugal e a Noruega, o Ministro dirigiu-se à capital do país nórdico, Oslo, entre os dias 23 e 24 de junho.

O primeiro dia da visita ficou marcado pela diplomacia cultural com foco na arquitetura, na ciência e na arte, tendo o MNE visitado a atual exposição de Paula Rego no museu MUNCH. Para além disso, Paulo Rangel reuniu ainda com a comunidade portuguesa residente no país.



O Ministro aprecia uma das obras de Paula Rego na sua exposição no museu MUNCH (fonte: MNE)



No segundo dia, Rangel foi recebido pelo seu homólogo norueguês, Espen Barth Eide. Neste encontro abordaram questões relativas ao relacionamento entre os dois países, as suas visões sobre a atual conjuntura geopolítica mundial, a NATO e a agenda dos oceanos.

*Paulo Rangel (à esquerda) e Espen Barth Eide (à direita)
(fonte: MNE)*

Visita de Roberta Metsola a Portugal

No âmbito dos 40 anos da adesão de Portugal à União Europeia, a Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, deslocou-se a Portugal, tendo sido acolhida pelo MNE. No quadro da sua visita e da ocasião celebrada, foi realizada uma sessão comemorativa, a 27 de junho, no Mosteiro dos Jerónimos, local onde foi assinado o Tratado de Adesão.



*Sessão comemorativa com Roberta Metsola (à esquerda)
e Paulo Rangel (à direita) (fonte: MNE)*

Reunião Ministerial do MED9

No final do mês, o Ministro deslocou-se à Croácia, onde participou na reunião ministerial informal da Cimeira dos Países do Sul da União Europeia, o MED9.

Nesta reunião foram destacados temas como a segurança energética, as relações com o Médio Oriente e África, a regulação das migrações e a liberdade de navegação.

Além disso, o Ministro, a convite do seu homólogo croata, Gordan Radman, participou ainda no Fórum Dubrovnik - "The Age of Multipolarity". Na sua intervenção destacou o Mediterrâneo enquanto espaço geoestratégico e securitário, mas também a sua relação com o Atlântico. Paulo Rangel sublinhou também como prioridades as migrações, a energia e as infraestruturas, temas abordados depois na reunião do MED9.



Paulo Rangel na reunião ministerial do MED9 (fonte: MNE)

Eleição de Portugal para o Conselho de Segurança da ONU

Por Maria Neves

A eleição de 3 de junho de 2026, assegura a Portugal um lugar no Conselho de Segurança das Nações Unidas para o biênio 2027-2028. A obtenção de 134 votos na Assembleia Geral é o resultado de uma campanha diplomática sustentada e de uma aposta estratégica na valorização do multilateralismo como pilar da política externa portuguesa.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas ocupa, na arquitetura do sistema internacional, uma posição sem equivalente: é o único órgão com autoridade para tomar decisões vinculativas em matéria de paz e segurança internacionais, com capacidade para autorizar o uso da força, impor sanções e criar missões de manutenção da paz.



O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, celebra a eleição de Portugal para o Conselho de Segurança (Fonte: Reuters)

Este Conselho é composto por quinze membros, cinco dos quais permanentes e dotados de poder de veto, sendo eles os Estados Unidos, Rússia, China, Reino Unido e França. Estes cinco membros permanentes refletem o equilíbrio de forças que emergiu do fim da Segunda Guerra Mundial.

Os dez membros não-permanentes são eleitos pela Assembleia Geral por mandatos de dois anos, rotativos e não renováveis imediatamente. A distribuição dos lugares obedece a uma chave geográfica acordada: três lugares para África, dois para a Ásia-Pacífico, dois para a América Latina e Caraíbas, dois para o Grupo da Europa Ocidental, e um para a Europa do Leste. Portugal candidatou-se ao lugar reservado ao Grupo da Europa Ocidental, em competição com a Áustria e a Alemanha.

Este processo eleitoral decorre em conformidade com o artigo 23.º da Carta das Nações Unidas: para ser eleito, um Estado candidato deve obter uma maioria de dois terços dos membros presentes e votantes na Assembleia, o que equivale, a aproximadamente 128 votos quando a participação é plena.

Se nenhum candidato obtiver a maioria necessária na primeira volta, realizam-se rondas sucessivas de votação até que os lugares sejam preenchidos.

A candidatura é precedida de um processo diplomático prolongado, frequentemente iniciado anos antes da eleição, que envolve visitas bilaterais, participação em fóruns regionais e internacionais, e a construção de uma coligação de apoios junto dos diferentes grupos regionais da ONU.



*Logotipo oficial da candidatura de Portugal ao Conselho de Segurança
(Fonte: ONU)*

A eleição de Portugal com 134 votos à primeira volta constitui um reconhecimento de confiança da comunidade internacional na diplomacia portuguesa.

Num sistema internacional marcado pela competição entre grandes potências e pelo enfraquecimento de algumas instituições multilaterais, a capacidade de um país de pequenas dimensões físicas obter uma maioria tão ampla é, em si mesma, um ativo estratégico.

Este reconhecimento é associável à trajetória coerente da política externa portuguesa: o compromisso consistente com o direito internacional, a participação ativa em missões de manutenção da paz, a defesa do multilateralismo como princípio organizador das relações internacionais, e a construção de relações de confiança com parceiros de diferentes regiões e sensibilidades políticas. A eleição confirma que este investimento diplomático produziu resultados concretos.

Celebrações do Dia de Portugal no Luxemburgo

Por Dario Vargas

No passado dia 6, o Presidente da República, António José Seguro, deslocou-se ao Luxemburgo a propósito de uma visita de Estado de dois dias, sendo acompanhado pelo Primeiro-Ministro, Luís Montenegro. Esta iniciativa decorreu no âmbito do arranque das celebrações do Dia de Portugal, sendo o Luxemburgo um pólo significativo da diáspora portuguesa, com a sua população com cidadania portuguesa a representar 13,5% da população total.



O Presidente da República, António José Seguro, discursa durante a sua visita de Estado ao Luxemburgo no âmbito das comemorações do Dia de Portugal (Fonte: Presidência da República)

O Presidente, que chegou ao Luxemburgo ainda na tarde de dia 5, antecedeu a sua visita com uma reunião com empresários portugueses, onde discutiram as relações bilaterais entre Portugal e o Luxemburgo e as condições da comunidade portuguesa, sendo que Seguro prometeu ouvir os problemas dos emigrantes nesse país.

Já o arranque oficial desta deslocação viu-o a ser acolhido pelo Grão-Duque do Luxemburgo, Guilherme V, e a sua esposa, Stéphanie, no Palácio Ducal, assistindo a uma cerimónia militar seguida por um almoço, no qual o Presidente convidou o Chefe de Estado luxemburguês a Portugal. Após esta receção real, Seguro foi recebido no Parlamento luxemburguês, encontrando-se com o Presidente da Câmara dos Deputados, Claude Wiseler, com o Primeiro-Ministro luxemburguês, Luc Frieden, e com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Xavier Bettel. Os altos representantes abordaram questões como o respeito mútuo entre os dois países, o seu compromisso para com a democracia e multilateralismo e demonstraram a sua intenção em aprofundar os laços económicos entre as duas nações.

Após estas reuniões com os dignitários luxemburgueses, o Presidente deslocou-se para a câmara municipal de Dudelange para o lançamento de um livro sobre a comunidade portuguesa no Luxemburgo, e uma visita ao Centro Cultural Camões para a inauguração de uma exposição. No final deste primeiro dia, Seguro participou num jantar oferecido pelo Primeiro-Ministro luxemburguês, sendo já acompanhado por Luís Montenegro, que previamente se encontrava na Cimeira UE-Balcãs.



O Presidente da República, António José Seguro (esquerda), e o Primeiro-Ministro, Luís Montenegro, durante a sua visita de Estado ao Luxemburgo (Fonte: Governo de Portugal)

No segundo e último dia desta visita, o Presidente e Primeiro-Ministro encontraram-se com alunos portugueses no Centro Cultural Artikuss de Sanem, seguido por uma deslocação para a Filarmónica do Luxemburgo, onde discursaram. Aqui, Seguro reconheceu a existência de um afastamento entre políticos e a diáspora, afirmando que existe “muita gente que acreditou e deixou de acreditar”, mas que a sua visita procura corrigir essa tendência pois, segundo as palavras do próprio Presidente, “Portugal é onde um português estiver”. Já Luís Montenegro marcou a sua presença com um apelo ao regresso da diáspora a Portugal, afirmando que “Portugal precisa de todos vós”.

Após esta intervenção, homenagearam o empresário português Orlando de Oliveira Pinto, proprietário da empresa de construção civil Sopinor, que desde a sua criação em 2002 tornou-se na segunda maior empresa no seu setor dentro do Luxemburgo, assinalando também o fim do programa oficial desta deslocação, que fora seguido por comemorações, já em solo português, do Dia de Portugal.

Entrevista a Andrés Malamud

Andrés Malamud é investigador principal no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Licenciado em ciência política pela Universidade de Buenos Aires, tirou o doutoramento no Instituto Universitário Europeu de Florença. Tem sido investigador visitante no Instituto Max Planck de Heidelberg e na Universidade de Maryland, College Park. Foi ainda membro do comité executivo da Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACIP), representante oficial perante o European Consortium for Political Research (ECPR), Secretário-Geral da Associação Portuguesa de Ciência Política (APCP) e presidente da Red Euro-Latinoamericana de Gobernabilidad para el Desarrollo (RedGob).

Antes de mais, gostaria de agradecer ter aceitado o nosso convite para esta entrevista. Sendo de nacionalidade argentina, o que é que o fez vir para Portugal ser investigador e desenvolver cá a sua carreira?

Uma portuguesa. Eu tirei o doutoramento em Florença, no Instituto Universitário Europeu. Cheguei no mesmo ano que a minha mulher, que é uma socióloga, e a partir de então ficámos a namorar. Eu regresssei para a Argentina, ela voltou para Portugal e, finalmente, quando tivemos que decidir onde morar, havia uma grande crise económica na Argentina, então fazia mais sentido para mim procurar emprego aqui do que para ela procurar lá.,



Andrés Malamud

E como é que foi a experiência até agora? Sentiu algum contraste entre culturas?

Eu tive uma inserção muito favorecida porque, quando se entra por cima da estrutura social, não se entra como imigrante, mas antes como expat. Então, os professores são muito bem acolhidos. Para além de que eu já tinha muitos amigos portugueses e os amigos e a família da minha mulher também são portugueses. Eu integrei-me facilmente numa cultura que era parecida, onde eu já tinha família e amigos. Mas eu reconheço que também os imigrantes que entram por baixo da estrutura social têm em Portugal uma melhor receção do que em países alternativos, onde muitas vezes são segregados ou excluídos. Portugal é hospitaleiro. Têm ainda uma vantagem, pois boa parte dos imigrantes são culturalmente afins, falam português ou são latinos. Não é a mesma coisa na Alemanha ou na França, onde chegam pessoas com outra religião e outra língua, que agora está na moda pensar que é hostil.

Em Portugal fui muito bem tratado e tive a sorte de que o sistema académico português tem um dual track, quer dizer, é protecionista e endogâmico em alguns setores e competitivo e internacionalista noutros setores. Quer dizer que, muito simplesmente, os estrangeiros podem ganhar concursos. É muito difícil que isto aconteça em França, em Itália ou em Espanha. Aqui eu vim, concorri e entrei primeiro no ISCTE e depois no ICS, quando acabou o meu contrato no ISCTE. Entretanto ganhei bolsas e projetos, que são muitas vezes internacionais, com a FCT em Portugal. Eu nunca traduzi o meu currículo para português, nunca precisei. Está tão internacionalizado o sistema académico português, que pedem tudo em inglês. Currículo em inglês, projetos em inglês, ensino em inglês, porque muitos temos estudantes internacionais. O nível de internacionalização e competitividade do mercado académico português facilita a entrada para quem quer trabalhar. Portugal olha para o mundo, não apenas para si.

Já que estamos a falar de Portugal, um Estado-membro da União Europeia, queria falar sobre o mais recente acordo UE-MERCOSUL. Sendo um dos assuntos mais discutidos na política internacional atual, qual é a verdadeira deste acordo para os dois blocos regionais?

A União Europeia e o Mercosul são regiões declinantes, as duas, em termos relativos. Não é que vivamos cada ano pior do que o anterior, mas melhoramos cada ano menos do que outras regiões. Os Estados Unidos e a China, em particular, e a Ásia em geral, estão a crescer a taxas mais rápidas, a inovar muito mais rapidamente que a América Latina e a Europa. Então, eu vejo este acordo como defensivo, quando já foi ofensivo. Em 1999, com um mandato de negociação da Comissão Europeia, a ideia era criar um mundo à imagem e semelhança da União Europeia, um mundo organizado em regiões, que pudessem coordenar standards e mercados. 27 anos depois, este é um acordo defensivo, é para não cair mais. Anteriormente, a intenção era alargar mercados, neste momento é evitar que eles continuem a encolher. Mas também é, no caso da União Europeia, a extensão dos seus standards. A União Europeia tem muita regulação e essa regulação é uma carga, é um bónus para a inovação, mas ao mesmo tempo uma proteção para os consumidores. Então, o que eles pretendem é alargar o campo de regulação para fora da Europa. E o Brasil o que quer é vender. Tem comida, tem energia, a Europa tem um grande mercado, então é um ganho-ganho, como eles dizem. Os interesses não são iguais, são complementares. O que querem uns é estender a privatização do mundo, o que querem outros é estender os seus mercados.

No entanto, o acordo, por enquanto, é provisório.

É ainda mais complexo, porque o acordo foi dividido. Por um lado está o acordo geral e o acordo-quadro, composto por três pilares: comércio, cooperação e diálogo político. E, por outro, está o pilar comercial, que é um pilar dos três, separado, mas está incluído no acordo geral e está separado como acordo interino de comércio. Porquê? Porque não requer aprovação dos parlamentos nacionais. O acordo geral tem que passar pelo Parlamento Europeu, 27 parlamentos nacionais e três parla-

mentos nacionais belgas, porque a Constituição da Bélgica requer isso. Nunca passará. Como não passaram os acordos com o Canadá, por exemplo, com o Chile ou com Singapura. Passa a parte comercial interina, mas não passa a parte geral. Mas o acordo interino também não passou, porque o Parlamento remitiu para o Tribunal Europeu de Justiça, para ver se era constitucional. O Tribunal dirá, eventualmente, que sim, que é constitucional, volta para o Parlamento e aí o Parlamento decide se sim ou não pela parte comercial. Mas, entretanto, temos a aplicação provisória de um acordo interino. É tudo precário, porque não quer dizer que não vai passar. Se passas, será apenas a parte comercial, o que é suficiente. O resto, o acordo político, diálogo e cooperação, eu diria quase impossível, mas vamos dizer altamente improvável.

Passando agora para a América Latina, quais é que são os princípios desafios a uma maior integração regional? Muitas vezes utilizamos a União Europeia como modelo que os países queiram alcançar, mas tal pode não ser o caso. Qual é a sua opinião?

No América do Sul não há complementaridade. Na Europa havia complementaridade. A Alemanha tinha carvão e aço, e a França não. Mas a França tinha reputação, porque tinha ganho as guerras, e a Alemanha não. Então a França permite à Alemanha recuperar reputação, no Concerto das Nações, em troca de carvão e aço. Complementaridade sempre. Nunca é identidade de interesses, é complementaridade de interesses.

A Argentina produz soja, o Brasil também. A Argentina produz petróleo, o Brasil também. Não precisam de nada do outro. Ou seja, precisam, mas o que precisam é que outro não nos chateie. Em que sentido? Drogas, contrabando, tráfico de armas, tráfico de pessoas. O que estamos a descobrir, no século XXI, é que a regionalização económica quase nunca é negócio. Porque os mercados estão fora da região. Mas a regionalização na segurança é, porque as ameaças estão ao lado. As ameaças são em contiguidade territorial. Os narcotráfico está no país ao lado, nas fronteiras, nas prisões. Os mercados não, esses estão na China. Os investimentos estão na Europa. O apoio financeiro está nos Estados Unidos. Por isso é que a América Latina não se integra. Não é apenas incompetência, não é que não sabem imitar o modelo europeu. O modelo europeu está baseado em complementaridades que não existem na América Latina.

Eu penso que são questões de segurança interna, até, muitas vezes. Como é que essa questão interna influencia, depois, a integração? Porque agora temos o Milei na Argentina, que é de direita, o Lula no Brasil, que é de esquerda, mas até já se fala numa “onda azul”. Como é que funcionam essas dinâmicas?

Esta é uma pergunta muito sensível para mim, porque a minha tese foi sobre o interpresidencialismo., que era o mecanismo pelo qual a Argentina e o Brasil faziam funcionar o Mercosul sem instituições. Sem tribunal, sem parlamento, sem comissão. E faziam dessa maneira, através de um telefone vermelho, no sentido figurado. Os

presidentes da Argentina e do Brasil falavam um com o outro. Viajavam quando era preciso e passavam por cima das poucas instituições regionais e dos próprios gabinetes de ministros. Os seus ministros muitas vezes apenas se inteiravam que os presidentes tinham falado depois deles terem falado. Também atuavam acima dos congressos nacionais e dos parlamentos, porque no sistema presidencialista o parlamento tem menos participação na política externa. Então, era um assunto de presidentes. E agora o que vemos é que os presidentes nem se falam. Tentam não estar no mesmo lugar ao mesmo tempo. Quando Von der Leyen e António Costa viajam para assinar o acordo com o Mercosul, passam primeiro pelo Brasil para ver Lula, porque Lula tinha dito que não ia a Assunção, porque não se queria encontrar com o Milei. Assim, há duas reuniões: uma simbólica com o Brasil e outra efetiva para assinar com o resto dos presidentes. E não interessa. Não interessa por quê? Porque a integração regional não funciona mesmo que os presidentes se deem bem. Dando-se mal, continua a não funcionar. E porque a agenda externa continua a funcionar, se se dão bem ou se se dão mal. Porque a Argentina e o Brasil querem conversar com a Europa. Não interessa se governa a esquerda ou a direita. Então naquilo que concordam, não interessa o que façam os presidentes. E naquilo que discordam, também não.

Falando agora de outros países latino-americanos fora da Mercosul, como é que era com a Venezuela?

É uma pergunta muito boa, porque a Venezuela é formalmente um membro do Mercosul, mas está suspensa. Está suspensa desde 2016 por duas razões. Primeiro, violação da cláusula democrática. E segundo, por não ter incorporado internamente o direito comunitário. Não existe direito comunitário no Mercosul, mas há regras. Algumas regulações que não são comunitárias, porque não têm um nível intermédio entre o direito doméstico e o direito internacional, mas são simplesmente regulações internalizadas nacionalmente. A Venezuela não internaliza. O que quer dizer que, mesmo estando no Mercosul, tem regras diferentes do Mercosul. O Mercosul é uma união alfandegária. Se alguém cobra 5% pela importação de pneus, o resto tem que receber e comprar também 5% pela importação de pneus. Não pode cobrar 10%. Então a Venezuela, neste momento, está suspensa. Ficará suspensa, não se sabe até quando. Com Milei na presidência argentina, é possível que seja enquanto ele esteja no governo, porque já disse que a Venezuela, consigo, não funciona. O outro novo membro do Mercosul é a Bolívia. E para termos uma ideia do quão diferente é o Mercosul da União Europeia: na União Europeia, um país, para integrar, tem que primeiro cumprir com o acervo comunitário; no Mercosul, o Estado candidato entra e tem um prazo para cumprir com as regras. É o contrário, o que demonstra que o Mercosul é mais político do que económico. É mais político do que regulatório. E o que acontece se um país entra no Mercosul e depois não cumpre? Há duas possibilidades. Os países fecham a exportação de petróleo, que é o que fizeram com a Venezuela durante um tempo. E o que vão fazer com a Bolívia agora? Acabam com a distribuição de petróleo para lá. Veja, a Bolívia já é membro pleno, mas não é parte do acordo com a União Europeia. O acordo foi negociado e assinado pelos quatro fundadores. E a Bolívia, sendo membro, olhou desde a janela do lado de fora.

Gostaria agora de abordar o seu país em específico. Acha que a presidência de Milei vai ter algum impacto em algum outro país? Ou vai ser um fenômeno contido, agora que os seus níveis de popularidade também estão a descer?

Já tem impacto. O Milei é um membro da família radical-populista, mas é um membro adotivo. Não é um membro biológico. Isto porque os radical-populistas são particularistas, são nacionalistas, são protecionistas. O Trump quer America First. O Bolsonaro quer o Brasil acima de tudo. E o Milei quer "Viva la Libertad, carajo!". A liberdade é um valor universalista. Para além disso, Trump é contra a imigração e contra a importação. Milei não; é um livre-cambista, defende o livre mercado, libertário até.

Mas quão parecido é ele com esta sua família? Primeiro, o estilo. O estilo é agressivo. Criador de inimigos. O inimigo é o comunismo, que já não existe. Mas eles querem imaginar que tudo o que não são eles é o comunismo. E segundo, defende valores que não eram próprios, mas que ele adotou. Por exemplo, contra a homossexualidade, contra o aborto. Sendo ele um libertário, não devia ter problema com nenhuma das duas coisas, nem com a homossexualidade, nem com o aborto. É uma decisão individual das pessoas. Tudo para poder encaixar nessa família, que ele define como ocidental, mas limita-se, na realidade, a Estados Unidos e Israel, saltando a Europa. Mas mantendo sempre o pragmatismo. É por isso que Milei aceitou permanecer no Acordo de Paris sobre as alterações climáticas, para que a União Europeia aceitasse assinar com a Argentina o acordo. Se a Argentina saísse do Acordo de Paris como saiu os Estados Unidos, a Argentina já não seria parte do Acordo com a União Europeia. Pelo que se manteve calado e, em vez de imitar Trump, assinou com a União Europeia.



Andrés Malamud

Assim, Milei, por um lado, tem uma retórica dogmática, e, pelo outro, tem uma prática pragmática. E é imitado porque é popular. O candidato que ficou em primeiro lugar na Colômbia agora, Abelardo de la Espriella, é um alguém que imita Bukele pela segurança, imita Milei pela motosserra, imita também o Daniel Novoa, o presidente do Equador, pelo colete anti-balas. Então está sempre a olhar para os outros. Mas Milei não tem nem intenção nem capacidade de influenciar a política de outros países de maneira intrusiva, para além da sua figura. Por exemplo, ele reúne-se com os bolsonaristas e não com Lula. É uma intrusão simbólica. Mas ele não manda tropas e ele não financia campanhas. Ele é simplesmente um exemplo. E muitas vezes aparece como seguidor do Trump, por exemplo, ao sair da OMS. Isso é importantíssimo, porque ele prometeu sair de tudo aquilo que Trump saísse, mas Trump saiu da OMS e Milei saiu também. Trump sai do Acordo de Paris e Milei não sai. Aqui é o pragmatismo. Dizendo que faz tudo o que Trump faz, não faz quando não convém.

E é interessante porque temos esse movimento que aparece unido, mas depois tem cada um as suas particularidades, dependendo do contexto regional e nacional.

E isso é importante o que está a dizer, porque nos países desenvolvidos, a imigração é uma bandeira da extrema-direita. Nos países em desenvolvimento, não. Não têm problemas com isso, porque habitualmente são os países que enviam migrantes para fora, sendo que a Argentina recebe mais do que manda. Mas ainda assim não é um grande problema social, como já é no Chile. O presidente Kast, no Chile, fez uma grande campanha contra a imigração, relacionada com a violência. O Milei não consegue, porque não acontece isso. A imigração é limitada e também inserida no mercado laboral e não está vinculada com a violência mais do que os nativos.

E na Argentina também é um caso específico por causa da situação económica, que é bastante instável, não é?

É uma pergunta fantástica, porque Milei é votado pela economia e não pela ideologia. Não é a identidade. Os radicais-populistas são identitários. Para ele, a sua ídola é Margaret Thatcher, uma liderança britânica que derrotou a Argentina na Guerra das Malvinas. E ele conseguiu dizer isto na campanha e ganhou na mesma. Porque disse, eu queria ser como a Margaret Thatcher, que resolveu o problema económico do seu país. Os argentinos votaram para o Milei baixar a inflação, não para o Milei fechar o país.

Pois, o seu futuro político vai depender precisamente dos resultados económicos então.

100%. Se ele conseguir manter a inflação reduzida, ele tem chances de eleição. Se a inflação fica descontrolada, ele vai embora.

Continuando na América Latina, muitas vezes aqui na Europa, sinto que é um pouco esquecida em termos de estudos, não é? Mas como é que podemos fazer que tenha mais atenção? Mesmo a nível internacional das notícias.

É muito difícil que a América Latina tenha relevância nas notícias, por uma razão positiva: é a região geopoliticamente mais estável do planeta. O que quer dizer que é estável? Em 1945, quando se funda a ONU, havia 51 membros no total, dos quais 20 latino-americanos e 14 europeus. Depois da guerra, a Alemanha não pode entrar, outros estão destruídos. Hoje passámos de 51 membros para 193. Continua a haver 20 latino-americanos. Não há divisão, não há fusão, não há morte de Estados. Os europeus passaram de 14 para 44. Se os Estados não morrem, nem nascem, não há notícia. O máximo que pode acontecer é uma inflação, uma greve, uma revolta social, que vai dar em mortos. Mas as guerras que dividem Estados produzem muitos mais mortos. E a notícia habitualmente é má. Os aviões que chegam não são notícia. A notícia são os aviões que não chegam. Na Europa, há muitos aviões que não chegam. Muitos Estados que perecem. A União Soviética, a Jugoslávia. A Checoslováquia ficou dividida em dois. Estados que desaparecem, Estados que nascem, e guerras no meio. Há uma guerra na Europa neste momento, na Ucrânia,

com centenas de milhares de mortos. Isso é notícia. Na América Latina, há inflação. Sim, é uma notícia a inflação, mas é menos importante do que uma guerra. O que tem a América Latina para o mundo é energia e alimentos. Isso é uma coisa boa. Outra vez, coisas boas não são notícia. Precisamos de mais notícias para sermos importantes nas notícias. E a América Latina não produz muitas mais notícias.

E não sei até que ponto é que a situação que cria essa instabilidade vai enfraquecer depois a soberania do Estado, no sentido de conseguir combater todas essas situações.

Os Estados que combatem a droga ficam mais fracos, porque a droga tem duas coisas. Primeiro, mais recursos. Não tem que pedir autorização ao Congresso para lhe dar uma verba orçamental. E segundo, eles prosperam nas zonas que o Estado tem mais dificuldade em controlar, que são, por definição, a fronteira e a prisão. E é aí onde os narcos fazem o seu negócio. Nas fronteiras, porque atravessam a fronteira e o Estado não pode. E na prisão, que são hotéis de luxo pagos pelos contribuintes para que os narcos dirijam os seus negócios. Eles aproveitam-se do Estado, canibalizam, parasitam o Estado. Não apenas o Estado não é um inimigo, como é um parceiro involuntário do narco. E tudo isso é devido ao proibicionismo, que era o negócio. Se não fosse proibida a droga, era mais barata. Se fosse mais barata, não era negócio. Produzia nessa escala, não gerava essa violência.

E a questão da fronteira até me faz lembrar da campanha do Trump, da construção do muro com o México e a retórica anti-imigração.

E estamos a falar disto em Portugal, que o país que descriminalizou, que não é a mesma coisa que legalizar, teve muito menos crimes, muito menos sobredoses, muito menos doenças transmissíveis. Tudo ficou melhor, porque houve um plano para descriminalizar com ajuda. Não é que deixaram de perseguir o narco, mas deixaram de perseguir o doente.

Como é que podemos, então, direcionar mais atenção para a América Latina, mas através de notícias boas? O que é que podemos aprender da América Latina?

O que é que tem a América Latina que seja útil para a nossa vida próspera nos países desenvolvidos? A primeira é o que a América Latina fez mal, que é a sugestão do narcotráfico. A América Latina tem 8% da população mundial e 35% dos homicídios. Em tempos de paz, a América Latina está sobre-representada em homicídios. Então, a gestão da droga na América Latina é ineficiente. É preciso fazer outra coisa. A segunda coisa que podemos aprender é o valor da informalidade. A Europa é muito rígida. Quando há uma pandemia, quando há uma crise, não sabemos como reagir. Na América Latina existe o interpresidencialismo, que eu sei que é algo complicado para os países nórdicos, a Alemanha, que são muito rígidos, de entenderem, mas, por vezes, a informalidade permite ultrapassar situações que

os regulamentos rígidos não permitem. O terceiro elemento é o facto de ser uma zona de paz duradoura. Como é que a América Latina é o único continente do mundo onde não há guerras? Há guerras em África, há guerras na Ásia, há guerras na Europa, mas não há guerras na América Latina. Há várias explicações, mas uma delas é geográfica, pois trata-se de um continente que é muito grande, está muito separado. Mas houve no século XIX imensas guerras e muito sangrentas.

O segundo é a arbitragem, mediação. As disputas são mediadas por terceiros imparciais. No resto do mundo, uma disputa é resolvida entre as partes através de ciclos de conflito e diplomacia. Na América Latina, há muita arbitragem do Tribunal Internacional de Justiça, a arbitragem por parte do Papa, a arbitragem por parte do rei de Inglaterra. Na história, é o continente que tem mais arbitragens do que o resto do mundo combinado. Houve muitas mais disputas intermediadas por terceiros imparciais na América Latina do que no resto do mundo. E há muita doutrina de política externa desenvolvida na América Latina, como a doutrina Calvo, doutrina Drago, doutrina Estrada, duas das quais argentinas e uma mexicana, para evitar que a guerra e a intervenção estrangeira escalem os conflitos. A América Latina não é um exemplo na violência interna, mas é um exemplo na paz internacional. E acho que é importante para as outras discussões. Num mundo que está cada vez mais em guerra, a paz interestatal da América Latina é um objeto de estudo fundamental. Há um grande académico israelita-argentino, Arie Kacowicz, que tem feito vários contributos. O mais importante é mostrar o que o Médio Oriente pode aprender da América Latina para chegar à paz. E o segundo, para mostrar o efeito das consequências não desejadas da paz, como o facto de uma fronteira deixar de estar em disputa. E isso na América Latina teve um impacto negativo, que foi, como deixou de estar em disputa, deixou de estar custodiado. Quando o Estado deixa de custodiar a fronteira, os narcos e os contrabandistas tomam o controle. Em parte, as redes, as máfias de narcos e de tráficos ilegais na América Latina são uma consequência não desejada da paz, da desmilitarização das fronteiras. É preciso evitar isto quando chega a paz na Europa.

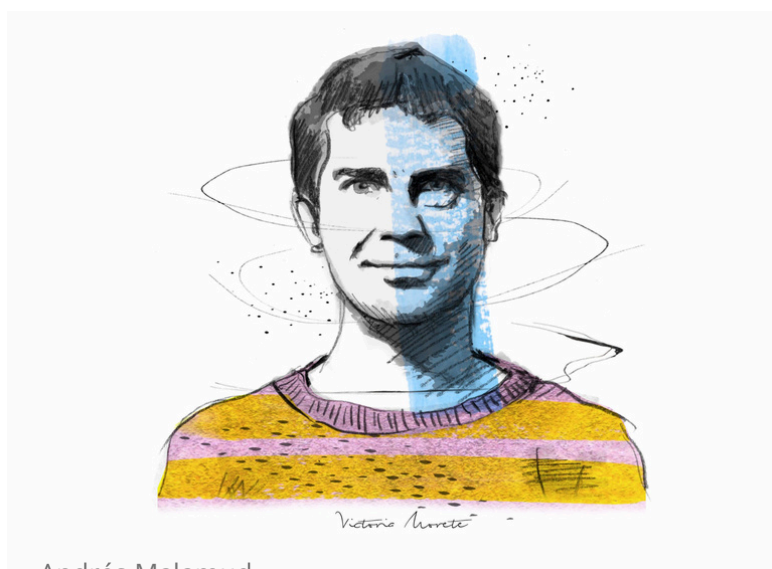
Queria terminar com um ator que quase não abordámos, mas que tem uma preponderância cada vez maior não só no continente como no resto do mundo, que é a China? Qual é a posição da China no meio disto tudo?

Quanto mais longe dos Estados Unidos melhor. No México e na América Central, a China tem menos peso do que na América do Sul. A China é o primeiro parceiro comercial do Chile, do Peru, do Brasil, do Uruguai. E vai continuar a ser. Os Estados Unidos aceitam isto, em parte porque não têm alternativa. O que os Estados Unidos não aceitam é que a China tenha intervenção em duas áreas sensíveis: comunicações e infraestrutura. Na infraestrutura, trata-se, sobretudo, de portos de água profunda. Na comunicação é o Huawei, onde podem ter acesso e informação. Os Estados Unidos partilham com os seus parceiros, mas não partilhariam se a China tivesse esse mesmo nível de acesso. Mas, mesmo assim, a China construiu Chancay, o maior porto da América Latina no Peru, e já se fala do lema “de Xangai a

Chancay”, porque com isso comerciavam diretamente, sem passar pelos portos norteamericanos do Pacífico. Ou seja, a China é uma grande potência que avança economicamente, não militarmente, na América Latina, mas pára, de vez em quando, quando os Estados Unidos são mais interventivos. Contudo, espera, tem tempo para continuar a avançar economicamente quando os Estados Unidos respondem.

Exato. Uma vez dois diplomatas chineses foram questionados pelo porquê de a China investir num país tão instável economicamente como a Argentina, pelo que responderam que não pensam nos ganhos de hoje, mas nos ganhos do amanhã.

Os tempos orientais são diferentes dos tempos ocidentais, em parte pela cultura e em parte pelo regime político. A democracia vota a cada dois anos, pelo menos nos Estados Unidos e na Argentina. Os chineses não têm esse problema. Xi Jinping não precisa de ser reeleito. Ou seja, ele pode medir os tempos em termos históricos. Mas a sua cultura já era assim, independentemente do sistema político. Entre a cultura e o regime político, os chineses têm sempre em mente o longo prazo. A América Latina e os Estados Unidos estão mais perto das perspectivas de curto prazo. A China espera. Tem paciência e é paciente.

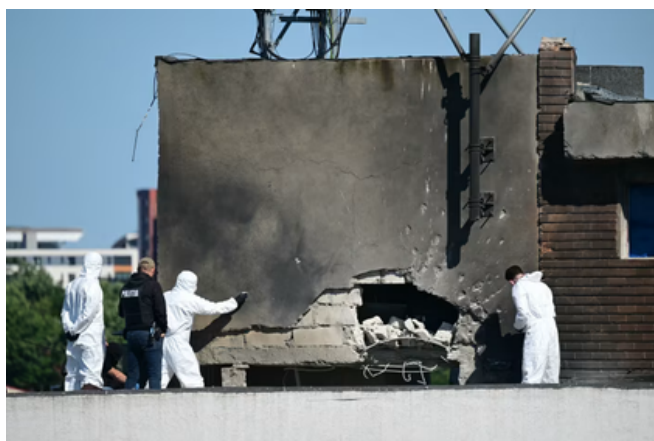


Andrés Malamud

Drones sobre território da NATO: o incidente de Galați e as suas implicações

Por Magda Gonçalves

Na madrugada de 29 de maio de 2026, um drone russo atingiu um edifício residencial em Galați, na Roménia, ferindo dois civis e obrigando à evacuação de cerca de 70 pessoas. Foi a primeira vez que nacionais de um Estado-membro da NATO sofre consequências diretas da guerra da Rússia contra a Ucrânia em solo aliado. O incidente gerou uma resposta diplomática coordenada da NATO, da UE e de 56 países na ONU, e levou Bucareste a expulsar o cônsul-geral russo.



Polícia e investigadores forenses examinam o local de impacto depois do impacto em Galați, Romania. (Fonte: GettyImages)

O incidente

O Ministério da Defesa romeno confirmou que o drone Geran-2 foi detetado pelos radares durante operações russas contra infraestruturas ucranianas na zona fronteiriça. Dois caças F-16 foram mobilizados, mas o intervalo entre a deteção e o impacto foi de quatro minutos, inviabilizando a interseção. O general Gheorghe Maxim acrescentou que as Forças Armadas romenas estavam também impedidas de disparar em direção ao espaço aéreo u-

craniano, por limitações jurídicas das regras de empenho. A NATO confirmou a origem russa do aparelho ao final do dia.

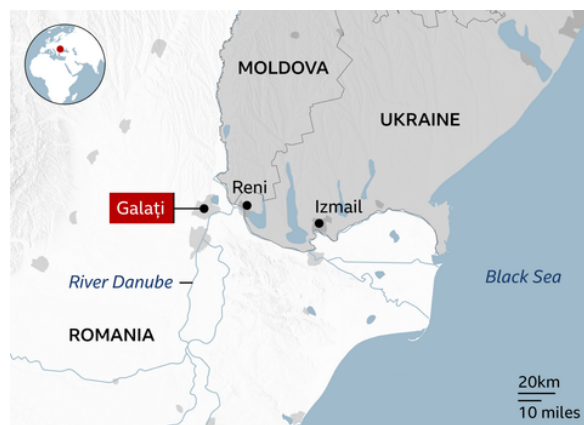
Resposta de Bucareste

O Presidente Nicușor Dan convocou uma sessão extraordinária do Conselho Supremo de Defesa Nacional e anunciou o encerramento do Consulado Geral russo em Constanța, com a expulsão do cônsul-geral Andrei Kosilin, declarado persona non grata. O embaixador russo em Bucareste foi convocado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. A ministra Oana-Silvia Toiu solicitou à NATO o reforço de capacidades antidrone no país.

"Este incidente representa uma escalada séria e irresponsável por parte da Federação Russa. A Roménia tomará as medidas diplomáticas necessárias em resposta a esta grave violação do direito internacional.", Oana-Silvia Toiu, Ministra dos Negócios Estrangeiros da Roménia.

Reação da NATO e da UE

O secretário-geral Mark Rutte assegurou ao Presidente Dan a solidariedade da Aliança e declarou que a NATO está pronta a defender cada centímetro do território aliado, qualificando o comportamento da Rússia como "imprudente e perigoso". A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, considerou que a guerra de agressão russa cruzou "mais uma linha" ao atingir território da UE e anunciou a preparação do 21.º pacote de sanções. A Alta Representante Kaja Kallas descreveu o incidente como "uma violação flagrante da soberania da Roménia e do espaço aéreo europeu".



Localização do ataque. (Fonte: BBC)

Reações internacionais

A França convocou o embaixador russo em Paris para prestar explicações. O primeiro-ministro português Luís Montenegro condenou o ataque e reafirmou a solidariedade de Portugal para com a Roménia. A primeira-ministra da Lituânia, Inga Ruginienė, advertiu que estes incidentes não podem tornar-se "uma nova normalidade à qual simplesmente nos habituamos". O embaixador dos EUA na NATO, Matthew Whitaker, qualificou o ataque como uma "incursão imprudente".

A posição de Moscovo

Vladimir Putin, em visita ao Cazaquistão, afirmou ter apenas "ouvido falar do incidente" e sugeriu que o drone poderia ser ucraniano, pedindo que os destroços fossem entregues a Moscovo para análise. A porta-voz Maria Zakharova anunciou que "as medidas de retaliação não se farão esperar" após a expulsão do côsul, e procurou desviar a atenção para um ataque ucraniano na região de Lugansk. A confirmação técnica da NATO sobre a origem russa do drone esvaziou a narrativa de Moscovo.

Declaração na ONU

A 4 de junho, Oana-Silvia Toiu leu na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, uma declaração conjunta de 56 países membros da UE, da NATO e nações parceiras, classificando o incidente como uma violação inaceitável do direito internacional e exigindo que cesse. A representante da ONU para os assuntos de segurança alertou para uma tendência mais ampla: nos últimos 12 meses, incursões de drones foram registadas na Moldávia, Letónia, Lituânia, Estónia, Finlândia, Polónia, Bulgária, Grécia e Turquia.

"Na noite de 28 para 29 de maio, um drone russo que transportava explosivos entrou no espaço aéreo romeno, violando o direito internacional. Tal comportamento é inaceitável e deve cessar.", Declaração conjunta de 56 países, ONU, Nova Iorque, junho de 2026.

Contexto e implicações

O incidente de Galați distingue-se de ocorrências anteriores pelo facto de ter resultado em ferimentos a civis num Estado-membro da NATO. A Roménia tinha já registado mais de 47 ocorrências com destroços de drones desde 2022, 12 apenas em 2026. A incapacidade de interceptar o aparelho num espaço de quatro minutos evidencia lacunas nas capacidades antidrone dos aliados da fronteira oriental e abre debate sobre as regras de empenho aplicáveis a ameaças aéreas que cruzam território de países em guerra. O Artigo 5.º não foi invocado, mas a questão dos limites entre conflito regional e segurança coletiva voltou ao centro da agenda da Aliança.

O Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia: Funcionamento, Tensões Políticas e a Rejeição da Proposta de 2026

Por Maria Neves

No dia 11 de junho de 2026 a proposta de Quadro Financeiro Plurianual, que constitui o principal instrumento de planeamento orçamental de longo prazo da União Europeia (UE), foi rejeitada pelo Parlamento Europeu.



O Parlamento Europeu, onde a proposta para o Quadro Financeiro Plurianual foi rejeitada (Fonte: ALDA Europe)

O orçamento da UE não é apenas um instrumento de gestão financeira é também um documento político. Cada rubrica de despesa traduz uma escolha coletiva sobre as prioridades da integração europeia, sobre quem contribui e quem beneficia, sobre que modelo de Europa se pretende construir.

Neste sentido, as negociações orçamentais revelam, com uma nitidez que poucos outros processos permitem, a estrutura real de poder e de interesses da União. O Quadro Financeiro Plurianual é o mecanismo que organiza esta dimensão política num horizonte de longo prazo, mais concretamente para um período de sete anos.

Este instrumento define os montantes máximos de autorização de despesa da União Europeia, distribuídos por grandes rubricas temáticas. A sua base legal encontra-se no artigo 312.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), que consagrou formalmente um mecanismo anteriormente denominado "perspetivas financeiras".

Também confere previsibilidade aos programas europeus e disciplina orçamental às instituições e aos Estados-membros. A aprovação deste exige um consenso entre o Conselho e o Parlamento europeu.

Em junho de 2026, a proposta de Quadro Financeiro Plurianual apresentado pela comissão foi rejeitada pelo parlamento. Demonstrando as divergências entre uma visão de contenção orçamental e uma visão de expansão ambiciosa, sustentada pelo Parlamento e por um conjunto significativo de países beneficiários dos fundos estruturais.

Esta proposta emerge num contexto particularmente exigente, marcado pela convergência de múltiplas pressões simultâneas. No plano geopolítico, a instabilidade no flanco leste da Europa e a necessidade de reforçar a capacidade de defesa coletiva criaram uma prioridade orçamental que não existia nos QFP anteriores. No plano económico, o impacto acumulado da inflação, os custos da transição energética e as sequelas das crises recentes pesaram sobre as finanças públicas dos Estados-Membros, tornando-os simultaneamente mais exigentes quanto à disciplina orçamental europeia e mais dependentes dos fundos estruturais para financiar investimentos públicos.

A transição digital e energética introduziu ainda uma nova dimensão de urgência: a necessidade de financiar infraestruturas e tecnologias que garantam a autonomia estratégica europeia num horizonte de curto e médio prazo. Estas prioridades emergentes competem, nos limites de um orçamento global relativamente modesto, com as políticas tradicionais de coesão e apoio agrícola, que continuam a representar compromissos políticos fundamentais para um conjunto expressivo de Estados-Membros.

A proposta apresentada pela Comissão Europeia em 11 de junho de 2026 introduzia cortes estimados em 32,8 mil milhões de euros relativamente à proposta inicial, refletindo as exigências dos Estados-Membros com posições mais contidas em matéria orçamental.

A rejeição da proposta inicial do Quadro Financeiro Plurianual pelo Parlamento desencadeia, do ponto de vista institucional, uma obrigação de renegociação. O processo implica novas rondas de negociações entre a Comissão, o Conselho e o Parlamento, num formato de trílogo informal que tem sido o mecanismo privilegiado de resolução de divergências. Este episódio reforça também o papel do Parlamento como ator incontornável na definição das prioridades financeiras da União: ao exercer o seu poder de veto, o Parlamento demonstrou que o seu consentimento não pode ser dado como garantido.

Belfast para além das manchetes

Por Beatriz Inocência

Durante o mês de junho, as imagens provenientes da Irlanda do Norte ocuparam espaço de destaque nos meios de comunicação internacionais. Viaturas incendiadas, habitações vandalizadas, confrontos com a polícia e manifestações anti-imigração contribuíram para consolidar uma narrativa centrada na violência racial e na crescente polarização da sociedade britânica. Contudo, a análise dos acontecimentos revela uma realidade mais complexa. Embora os tumultos tenham dominado a cobertura mediática, estes constituem apenas a fase mais visível de uma crise que teve origem num acontecimento anterior e que expôs tensões acumuladas ao longo dos últimos anos no Reino Unido.

A sucessão dos acontecimentos iniciou-se com um ataque particularmente violento ocorrido em Belfast. Segundo as informações divulgadas pela comunicação social, um cidadão sudanês foi detido após tentar decapitar uma pessoa, num episódio que gerou forte indignação pública. A gravidade do caso levou mesmo Keir Starmer a classificá-lo como um crime “repugnante”, evidenciando a dimensão da comoção provocada pelo ataque.

Numa primeira leitura, poderia tratar-se apenas de mais um caso criminal de grande impacto mediático. Todavia, a rapidez com que o episódio passou do domínio judicial para o domínio político e social demonstra que o seu significado ultrapassou largamente as circunstâncias concretas do crime. À medida que novos detalhes eram divulgados, começaram a surgir manifestações populares que expressavam preocupações relacionadas não apenas com o ataque em si, mas também com questões mais amplas de segurança, imigração e integração.



Destruição de veículos em Belfast (Euro news, The Associated Press, Nathan Rennolds)

É precisamente neste ponto que a análise dos acontecimentos se torna mais relevante. Os protestos que inicialmente se centravam na indignação perante o crime evoluíram rapidamente para episódios de violência dirigidos contra comunidades migrantes. Habitações foram incendiadas, veículos destruídos e diversas famílias sentiram necessidade de abandonar temporariamente as suas residências. As autoridades britânicas condenaram os ataques e classificaram muitos destes atos como manifestações de violência racista, originada devido à crescente imigração no país.

Contudo, limitar a interpretação dos acontecimentos à dimensão racial dos tumultos pode conduzir a uma leitura incompleta da crise. A violência dirigida contra comunidades migrantes constitui um elemento incontornável daquilo que aconteceu em Belfast. Ainda assim, a questão central reside em compreender por que motivo um único acontecimento foi capaz de desencadear uma reação social com esta dimensão.



Manifestação nacionalista (Fonte: Gazeta do Povo, TAYFUN SALCI/EFE/EPA)

A resposta parece encontrar-se num contexto político e social marcado por tensões acumuladas. Desde o Brexit, o debate em torno da imigração assumiu uma centralidade crescente na política britânica. As discussões sobre o controlo das fronteiras, integração de comunidades migrantes, pedidos de asilo e pressão sobre os serviços públicos passaram a ocupar um lugar permanente no espaço público. Paralelamente, diversos setores da sociedade desenvolveram a perceção de que as respostas governativas não acompanharam a complexidade destes desafios.

Neste contexto, o ataque ocorrido em Belfast funcionou menos como uma causa isolada e mais como um catalisador. Os acontecimentos não criaram as divisões que posteriormente se tornaram visíveis, limitaram-se a expor tensões que já se encontravam presentes. A velocidade com que os protestos evoluíram para confrontos demonstra precisamente a fragilidade do equilíbrio social existente.

Por outro lado, a própria cobertura mediática internacional merece igualmente reflexão. Grande parte das notícias divulgadas fora do Reino Unido concentrou-se nos tumultos e nos ataques contra comunidades migrantes, frequentemente apresentados como manifestações espontâneas de hostilidade racial. Embora esta dimensão seja factual e relevante, a predominância desta narrativa acabou por relegar para segundo plano o acontecimento que desencadeou toda a crise. Como consequência, parte da opinião pública internacional passou a conhecer os efeitos sem conhecer integralmente as causas.

Esta realidade demonstra uma das principais dificuldades da informação contemporânea. Num ambiente mediático caracterizado pela rapidez da circulação de conteúdos e pela crescente influência das redes sociais, os acontecimentos tendem a ser analisados a partir dos seus momentos mais visíveis. No caso de Belfast, as imagens dos tumultos revelaram-se mais mediáticas do que a compreensão do processo que lhes deu origem. Contudo, compreender uma crise exige quase sempre recuar ao momento inicial e identificar os fatores estruturais que permitem explicar a sua escalada.

As repercussões políticas dos acontecimentos vieram reforçar esta perceção. Num período já marcado por sinais de desgaste governativo e por um crescente debate em torno das políticas migratórias, os tumultos contribuíram para intensificar a pressão sobre as instituições britânicas. Mais do que um episódio isolado de violência urbana, Belfast transformou-se num símbolo das dificuldades enfrentadas por uma sociedade confrontada simultaneamente com desafios de segurança, integração e coesão social.

Deste modo, os acontecimentos registados na Irlanda do Norte durante o mês de junho ultrapassam largamente a dimensão dos tumultos que ocuparam os noticiários internacionais. A crise revelou a existência de tensões prévias, expôs fragilidades políticas e demonstrou como um único acontecimento pode desencadear processos de contestação social quando encontra um contexto já marcado pela polarização. Compreender Belfast implica, por isso, olhar para além das imagens da violência e analisar as circunstâncias que permitiram a sua emergência e analisar o panorama de crise no Reino Unido por outra perspetiva.

Conflito Clarificado: Tensões no Estreito de Taiwan

Por Dario Vargas

Que conflito é este?

O estreito de Taiwan tem sido o palco de várias crises entre a República Popular da China (RPC) e Taiwan (oficialmente a República da China), um Estado não reconhecido pela maior parte do mundo mas apoiado militarmente pelos Estados Unidos, que lhes fornece equipamento militar e frequentemente dispõe das suas forças militares no apoio à ilha.

A fonte destas crises deve-se ao estatuto político de Taiwan, pelo que a China afirma que, enquanto governo da China com reconhecimento internacional, detém soberania sobre a ilha, tendo herdado esse direito de anteriores governos do país. O governo taiwanês, que também se intitula como o governo legítimo da China, rejeita tal soberania, afirmando que apenas a população de Taiwan poderá determinar o futuro da ilha.



Mapa do Estreito de Taiwan em relação a Taiwan e à China (Fonte: US Naval Institute)

Como é que surgiu?

As tensões no estreito de Taiwan surgiram no contexto da Guerra Civil Chinesa. Este conflito colocou o Partido Comunista Chinês (PCC), apoiado pela União Soviética, contra o governo da República da China, dominado pelo Kuomintang (KMT), também conhecidos como os nacionalistas, que detinham a autoridade de representar a China internacionalmente e controlavam a maior parte do território chinês. Este conflito teve como conclusão uma vitória comunista em 1949 e a fuga dos nacionalistas para Taiwan, uma ilha cedida pelo Japão após a sua derrota na Segunda Guerra Mundial mas que, antes de se tornar uma colónia japonesa, pertencera à dinastia chinesa Qing entre os séculos XVII e XIX.

Após o seu exílio, o governo nacionalista tornou-se parte da estratégia de contenção dos Estados Unidos contra o bloco comunista, pelo que o país e os seus aliados, além de fornecer equipamento militar de forma a dissuadir uma invasão comunista da ilha, apoiaram a sua continuada presença nas instituições internacionais enquanto representante da China. Este apoio internacional mostrou-se vital durante

as primeiras duas crises do Estreito de Taiwan, em 1954-55 e 1958, que viram a RPC a atacar e bombardear várias ilhas próximas do seu território mas sob o controlo do governo nacionalista, pelo que intervenções americanas no apoio aos nacionalistas e na mediação entre os dois Estados preveniram o escalar do conflito.

O apoio internacional à República da China mudar-se-ia a partir de 1971, quando as Nações Unidas expulsaram os nacionalistas da organização e reconheceram a RPC como representante da China, o que conduziu à ilha perder a maioria do seu reconhecimento internacional enquanto Estado independente pois, segundo o princípio de “Uma Só China” que tornou-se preponderante neste período, um Estado somente poderia manter laços diplomáticos com um dos governos que se identificavam enquanto China, pelo que a maior parte dos Estados escolheu reconhecer a RPC. Os Estados Unidos, que durante a Administração Nixon procuraram aprofundar laços com a RPC, seguiram a decisão da ONU em 1978, pondo fim aos seus laços diplomáticos com Taiwan a favor da China, mantendo, no entanto, o seu apoio militar à ilha e relações não formais.

Os anos 80 e 90 viram a democratização de Taiwan (que, de 1949 a 1987, fora uma ditadura militar dominada pelo KMT) e uma melhoria nas relações entre Taiwan e a China, pelo que o governo taiwanês passou a tratar a RPC como uma entidade igual a governar o território da China, rejeitando, no entanto, a unificação segundo o princípio de “um país, dois sistemas”, um princípio que, segundo ao que sucederia a Hong Kong e Macau, viria Taiwan a ceder a sua soberania à China em troca de se tornar um governo autónomo gerido por instituições democráticas, mantendo-se assim a principal fonte de tensões no estreito. A incapacidade da conciliação entre as visões dos dois governos bem como um ressurgimento do apoio americano a Taiwan levou a China a realizar, em 1995-96, uma série de exercícios militares e de testes de mísseis perto da ilha, que fora mais tarde denominada da Terceira Crise do Estreito de Taiwan.

A mais recente crise no estreito de Taiwan, entre 2022 e 2023, surgiu no contexto do aparecimento de uma identidade taiwanesa separada da China, refletida nos êxitos eleitorais do Partido Democrático Progressista, um partido defensor da independência de Taiwan e que formou governo desde 2016, bem como do continuado apoio americano a Taiwan, da adoção de uma política externa mais agressiva por parte da China, particularmente na questão de afirmar a sua soberania sobre diversos territórios inclusive a ilha e de crescentes tensões entre a China e os Estados Unidos. Esta quarta crise viu uma série de exercícios militares chineses à volta de Taiwan, os maiores desde o fim da guerra civil, e violações do espaço aéreo e águas territoriais geralmente reconhecidos como taiwaneses.

Estes eventos, que desde 2023 foram periodicamente repetidos, assinalam a rápida deterioração dos laços entre as duas entidades, pelo que a China, apesar de publicamente declarar uma preferência por uma unificação pacífica, não rejeitou a possibilidade do uso da força para afirmar a sua soberania sobre Taiwan, posição que o governo taiwanês considera belicista e que se opõe, reafirmando o seu compromisso com uma decisão democrática relativamente ao futuro da ilha.

Qual a sua importância para Portugal?

Portugal mantém laços diplomáticos exclusivamente com a China, mantendo uma embaixada em Pequim, apesar da existência do Centro Económico e Cultural de Taipei em Portugal, que opera na prática como uma missão diplomática Taiwanesa em território português.

Portugal encontra-se alinhado com a maioria da comunidade internacional e da União Europeia relativamente à questão de Taiwan, aderindo à política de “Uma Só China” e reconhecendo apenas o governo da RPC, mantendo relações não formais com Taiwan ao mínimo, não existindo uma representação portuguesa na ilha. Contudo, Portugal, apesar de priorizar relações com a China, tem vindo a expandir o seu contacto com Taiwan, expandindo as suas relações comerciais com a ilha e enviando, em 2023, uma delegação da Assembleia da República que fora acolhida pelo então Vice-Presidente taiwanês La Ching-Te.

As rotas comerciais que passam pelo estreito de Taiwan representam cerca de 20% do comércio marítimo global, pelo que uma disrupção desse comércio teria consequências significativas para Portugal devido à disrupção das cadeias de abastecimento globais, potencialmente levando à redução do crescimento do PIB e a um aumento da inflação. Em particular, a disrupção dos abastecimentos na indústria de chips para computadores, cujo Taiwan produz cerca de 60% dos semicondutores e perto de 80% dos chips avançados do mundo, ambos materiais essenciais para todos os dispositivos eletrónicos modernos, levando a perturbações em várias indústrias, inclusive no setor das telecomunicações, na indústria automóvel e na indústria energética, setores onde se enquadram algumas das maiores empresas a operar em solo português.

www.portugaldiplomatico.com